



Seminário Temático 23 – Partidos e Sistemas Partidários

Formação de coalizões e apoio partidário no presidencialismo brasileiro e chileno

Bruno Vicente Lippe Pasquarelli

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Formação de coalizões e apoio partidário no presidencialismo brasileiro e chileno

Bruno Vicente Lippe Pasquarelli¹
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

1. Introdução

Na América do Sul, com a ascensão do regime militar, muitos países passaram a ter suas instituições moldadas de acordo com a ditadura do regime, o que possibilitou a emergência de um Poder Executivo forte, culminando no enfraquecimento do Poder Legislativo e na rejeição ao sistema pluripartidário.

No Brasil, após mais de vinte anos sob o domínio do regime militar, foi iniciada, na década de 1980, a abertura democrática, que culminou na realização de uma nova Assembleia Constituinte e na publicação, em 1988, da Constituição da República Federativa do Brasil. Nela, foi determinada a realização do plebiscito de 1993, no qual os brasileiros decidiriam qual seria a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema (presidencialismo ou parlamentarismo) de governo. Com a vitória do presidencialismo, o novo arranjo institucional foi freqüentemente citado como exemplo de péssimo projeto, pois combinaria forte regime presidencial com a fórmula de representação proporcional de lista aberta e com uma legislação eleitoral permissiva (Mainwaring, 1991). Com essa configuração, o partido presidencial não controlaria a maioria das cadeiras no Congresso Nacional. E, mesmo se controlasse, os partidos políticos seriam altamente indisciplinados. Muitos defenderam, dessa maneira, que um sistema parlamentarista seria mais viável (Lamounier, 1991).

Porém, ao analisar a atual democracia brasileira, Figueiredo e Limongi (1995 e 1999) constataram que o arranjo institucional propicia a formação de coalizões disciplinadas, contribuindo para que a união entre Executivo e Legislativo seja o principal fator para remediar as desavenças entre ambos os

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); email: pasqua@ufscar.br

poderes. E isso ocorre porque o Poder Executivo possui poder de agenda e centralização decisória, prevenindo-se contra comportamentos inoportunos do Poder Legislativo. Com essas características, o processo decisório do presidencialismo brasileiro é caracterizado pela predominância do Poder Executivo. Contudo, os legisladores brasileiros podem atuar de diversas maneiras – diretas e indiretas – para influenciar o chefe do Executivo.

No Chile, em março de 1990, após o fim do regime militar, os chilenos herdaram um novo governo e, ao mesmo tempo, uma nova estrutura institucional. Depois de Pinochet, o país retomou alguns traços das décadas anteriores e começou uma nova alternativa de compromissos e coalizões entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Muitos acreditaram que, com o fim do regime militar, a transição para a democracia poderia trazer uma nova Constituição e, dessa maneira, a introdução da forma parlamentarista de governo. No entanto, a Constituição foi apenas alterada, e o regime presidencialista foi mantido.

No entanto, para o entendimento da dinâmica do presidencialismo chileno – assim como no caso brasileiro -, é necessária a compreensão das relações entre Executivo e Legislativo a partir das noções de força do presidente e da Assembleia, sistema partidário e sistema eleitoral, destacando se há a formação de coalizões para a construção de maiorias estáveis que colaboram para o desenvolvimento da governabilidade e da democracia. Dessa maneira, o artigo tem, como objetivo principal, caracterizar o funcionamento dos sistemas presidencialista brasileiro e chileno, delimitando as principais características que dão apoio à democracia de ambos os países e observando se o funcionamento do presidencialismo é viável para sua manutenção.

Para realização de tal objetivo, o artigo se divide em três partes. Em primeiro lugar, analisará o funcionamento do presidencialismo brasileiro. Na primeira década de democracia, uma visão altamente negativa das instituições políticas brasileiras era predominante. Já na segunda década, uma interpretação revisionista possuía visão mais otimista ao observar que os partidos políticos são importantes e que a governabilidade é possível. Recentemente, o presidencialismo de coalizão passou a fornecer um modelo analítico para diferentes tipos de pesquisa sobre instituições políticas, aproximando as

realidades da governabilidade democrática brasileira nos governos Cardoso e Lula. Em segundo lugar, será feita a análise quantitativa do presidencialismo de coalizão no Brasil durante o governo Lula (2003-2010), observando, a partir da formação ministerial do Poder Executivo, das mesas-diretoras e das comissões do Congresso Nacional, se o chefe do Executivo obteve apoio do Poder Legislativo nas votações nominais ocorridas em plenário. Por fim, a terceira e última parte do artigo analisa o presidencialismo chileno a partir das regras eleitorais e da alta gama de poderes do presidente, verificando se existe ou não a cooperação entre os poderes Executivo e Legislativo e se a preponderância do Executivo debilita o papel do Congresso como representante da população. Para tanto, será observada a atual dinâmica competitiva do sistema partidário.

2. O presidencialismo de coalizão no Brasil

Nos anos 1990, a crítica ao presidencialismo feita por Linz (1994) foi muito influente. Muitos viam que a coexistência do presidencialismo com o multipartidarismo era uma combinação complicada. No Brasil, após a transição democrática, em 1985, a maioria dos intelectuais era pessimista em relação à democracia presidencialista do país, sendo que as principais críticas giravam em torno da fragmentação partidária, do presidencialismo minoritário, da fragilidade interna dos partidos, do sistema eleitoral, do federalismo e do excesso de *veto players* (Lamounier e Meneguello, 1986; Reis, 1988; Kinzo, 1993; Mainwaring, 1999; Ames, 2001, Carvalho, 2003).

As relações entre Executivo e Legislativo e o federalismo eram outros desafios institucionais à democracia brasileira. No primeiro caso, o presidente controla o poder de agenda; no segundo, os executivos estaduais controlam orçamentos e têm grande poder. Por fim, os críticos acreditavam que a configuração institucional da democracia brasileira favorecia um estilo clientelista de política. No nível nacional, os presidentes ofereciam ministérios a diferentes partidos em troca de apoio legislativo (Abranches, 1988; Amorim Neto, 2002b), o que é condicionado por favores, trabalhos e corrupção (Hagopian, 1996; Ames, 2001).

Sendo assim, em meados dos anos 1990, o diagnóstico de desfuncionalidade era o critério convencional para o estudo das instituições políticas e da democracia brasileira. Uma das causas desse diagnóstico era devido ao mau desempenho do novo regime democrático, especialmente no período que vai de 1987 a 1993 – caracterizado pelo baixo crescimento, hiperinflação e presidentes impopulares. Porém, a situação começou a mudar com o *Plano Real*, em 1994, e especialmente após a posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995. A administração de Cardoso (baseada na aliança entre PSDB e PFL) foi a primeira coalizão de sucesso desde o governo de Juscelino Kubitschek na década de 1950. Dessa maneira, não era de se surpreender que outras análises, mais positivas, começaram a aparecer.

As fontes da interpretação revisionista podem ser encontradas na mudança do contexto político doméstico, mas também no desenvolvimento de novas perspectivas analíticas em instituições políticas. Influenciados por Shugart e Carey (1992)², Figueiredo e Limongi (1999) foram os primeiros a identificar a presença de instituições corretivas em duas variáveis: no poder presidencial e na existência das lideranças partidárias. Os autores argumentam que os poderes legislativos do Executivo e os direitos procedimentais dos líderes partidários fornecem-lhes controle considerável sobre a Câmara dos Deputados, aumentando a disciplina partidária e centralizando o processo decisório. Sendo assim, à medida que o Executivo domina a agenda legislativa e os líderes partidários são capazes de disciplinar suas bancadas, a governança pode emergir se o presidente cooperar com líderes dos partidos. Tal cooperação é possibilitada por meio de acordos de coalizão, nos quais os partidos obtêm benefícios de cargos ministeriais em troca de apoio legislativo ao presidente. Portanto, a mensagem geral dessa literatura revisionista era a seguinte: observando atentamente, podemos encontrar as regras e instituições que colaboram para o bom funcionamento do presidencialismo no Brasil.

Já nos anos 2000, a literatura sobre configuração constitucional tomou algumas novas direções. E um dos mais promissores avanços nos últimos anos ocorreu a partir da noção de “presidencialismo de coalizão”. No Brasil, tanto

² Que identificam a presença de instituições que corrigem os problemas inerentes do presidencialismo multipartidário.

Cardoso quanto Lula tiveram coalizões amplas e heterogêneas, significando que um governo de coalizão compacto, mínimo e ideologicamente coerente é sacrificado em troca da governabilidade, pois o objetivo é proteger o programa legislativo do presidente através de várias formas de compensação.

Segundo Power (2010), os estudos empíricos sobre coalizão presidencial no Brasil podem ser divididos em dois tipos. O primeiro tipo analisa as estratégias de manejo da coalizão – ou seja, o desenvolvimento. Já o segundo tipo analisa a formação ministerial.

Os estudos de desenvolvimento examinam como as alianças políticas são administradas pelos Executivos. A explicação é que apenas a formação ministerial é uma estratégia insuficiente para garantir o sucesso legislativo, sendo que os presidentes irão procurar firmar acordos através de outras formas de alianças políticas, como controle de agenda, clientelismo orçamentário e uso seletivo de prerrogativas presidenciais.

De acordo com Raile, Pereira e Power (2006), o presidente deve procurar meios para conseguir a cooperação do Poder Legislativo. É necessário, então, reunir supermaiorias nas quais as partes não possuam vantagens aparentes. E o Brasil representa um caso ideal para considerar o papel do *pork*³ e das posses de coalizões nas trocas entre Executivo e Legislativo. No sistema multipartidário fragmentado do país, enquanto os partidos presidenciais frequentemente votam de acordo com as posições dos líderes partidários, a disciplina da coalizão está longe de ser perfeita. Dessa maneira, os presidentes brasileiros devem buscar apoio legislativo através de ferramentas institucionais variadas, o que ajuda a corrigir o status de minoria e a fragmentação partidária. Tais ferramentas são exemplificadas nos controles de gasto de *pork* aos legisladores através do orçamento e no estabelecimento de características da coalizão governamental – onde o Executivo determina a proporcionalidade da representação partidária dentro dos ministérios. Quem recebe cargos pode desfrutar de benefícios, como o aumento da satisfação ideológica, vantagens eleitorais, prestígio e intensificação da representação. Mas como interagem tais

³ Não existe uma tradução definitiva para o termo *pork*. Alguns argumentam que tal termo pode ser traduzido como paroquialismo, clientelismo ou patronagem. No entanto, a pesquisa manterá o termo em inglês.

ferramentas? No Brasil, os legisladores vêem utilidade positiva nas duas ferramentas. Consequentemente, a relação entre *pork* e apoio legislativo é recíproca. Os legisladores fornecem apoio após receber *pork*, enquanto os presidentes recompensam os legisladores pelo seu apoio (Pereira e Mueller, 2002; Alston e Mueller, 2006).

De acordo com os autores, todos os presidentes brasileiros desde 1988 possuíam as mesmas ferramentas institucionais, mas enfrentaram diferentes condições de barganha e empregaram diferentes táticas para conseguir o sucesso legislativo. No governo Cardoso, houve a criação de amplas coalizões. Consequentemente, governou de maneira parecida a um cartel parlamentarista (Amorim Neto, Cox e McCubbins, 2003). E, após seu primeiro mandato, conseguiu o apoio de quase 75% da Câmara dos Deputados, recompensando proporcionalmente os partidos da coalizão com ministérios e enviando uma proporção pequena de *pork* fora da coalizão formal. Já o governo Lula lidou com uma forma mais difícil de governabilidade, pois não era possível ‘fabricar’ uma coalizão ampla e homogênea. Dessa maneira, durante seu primeiro ano de mandato, Lula governou com uma coalizão minoritária na Câmara. Lula, então, necessitava apoio de coalizões e fez isso através da distribuição de bens e de *pork*, aumentando o número de pastas ministeriais e utilizando os novos postos para satisfazer as facções internas do PT. Simultaneamente, o Chefe do Executivo enviou grande proporção de *pork* fora da coalizões formais – como um incentivo para seus oponentes ideológicos. Por fim, o ministério de Lula se tornou menos proporcional após agregar o PMDB a coalizão.

Já os mais influentes estudos de composição foram feitos por Amorim Neto (2002, 2006, 2007) ao mostrar que os presidentes brasileiros governam essencialmente através da divisão do Poder Executivo – ou seja, através da distribuição das pastas ministeriais a outros partidos. Sendo assim, o gabinete de coalizão – definido como o grau de proporcionalidade entre as cadeiras dos partidos que apóiam o presidente em votações na Câmara e a divisão das pastas ministeriais – é um importante prognóstico do sucesso legislativo dos presidentes.

No período pós-1988, os governos se empenharam em formar ministérios que considerassem o peso relativo dos partidos no Congresso. Isso porque em relação aos poderes da administração pública, o presidente pode nomear e demitir livremente os ministros de Estado, construindo, dessa maneira, sua base de apoio no Poder Legislativo. Tal expediente, segundo Amorim Neto (2007), é necessário em virtude da alta fragmentação partidária verificada no país.

Todos os ministérios formados desde a posse de Sarney, em 1985, até o final do primeiro mandato de Lula, em 2006, combinaram multipartidarismo com maior ou menor grau de fragmentação e heterogeneidade ideológica. Lula foi o presidente que trouxe o maior número de partidos para o primeiro escalão do governo (9), formando um dos ministérios mais fragmentados da história do presidencialismo latino-americano. Além do mais, durante o primeiro ministério de Lula, o PT ficou com 18 das 30 pastas ministeriais – em torno de 60%. Porém, ao calcular a proporcionalidade entre as pastas ministeriais conferidas a cada partido e a sua porcentagem de cadeiras na base de sustentação parlamentar de Lula, pode-se observar que tal ministério é um dos que obtêm um dos valores mais altos (0,64) entre os 19 ministérios analisados entre 1985 e 2006. Porém, o segundo ministério de Lula (quando ocorreu o *mensalão*), exibe uma proporcionalidade mais baixa (0,51). Deve-se isso em função da entrada do PMDB, que recebeu apenas dois cargos ministeriais.

Portanto, somados à distribuição dos ministérios, a liderança partidária e o papel preponderante do Executivo fomentam a disciplina partidária e, conseqüentemente, a governabilidade. Durante os anos de 1986 a 2004, a média de disciplina ficou em torno de 90%. Nos dois mandatos de Cardoso, o padrão de disciplina dos partidos é muito semelhante. Já nos dois primeiros anos do governo Lula, a queda da média de disciplina ocorreu devido ao aumento da indisciplina do PP e do PDT. Segundo Amorim Neto (2007), a principal razão para o surgimento da crise política reside no fato de que a base política do governo Lula era fragmentada, com um ministério muito amplo, altamente partidarizado e heterogêneo ideologicamente, e desequilibrado em termos da proporcionalidade entre o peso legislativo dos partidos e sua participação ministerial. O PT, por exemplo, possuía 29% da base parlamentar,

mas controlava 60% dos ministérios. Já o PMDB representava 25% da maioria legislativa, mas só estava à frente de dois ministérios (6% do total). Ou seja: apesar de Lula querer formar um governo de coalizão, não houve de fato partilha efetiva do poder. Tal fato gerou uma insatisfação crescente, principalmente entre PTB e PL (partidos de direita). Com isso, os desequilíbrios internos desencadearam uma crise política que chegou ao seu ápice em maio de 2005.

Porém, para observar a continuação da dinâmica do presidencialismo brasileiro, é necessário visualizar o funcionamento do segundo mandato de Lula, que se inicia em janeiro de 2007 e vai até dezembro de 2010. Isso porque, depois dos desequilíbrios internos de 2005, é interessante notar, nos anos seguintes, se Lula conseguiu o apoio do Poder Legislativo ou se obteve dificuldade na governabilidade. Para tanto, o artigo irá analisar a composição partidária dos ministérios, das comissões permanentes e das mesas-diretoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, destacando se houve ou não o apoio partidário ao Poder Executivo através da observação da disciplina partidária durante os anos de 2007 e 2008.

3. Apoio e conflito partidário no segundo governo Lula

3.1. Coalizão governista e cargos ministeriais (2007-2010)

Ao observarmos a tabela 1, podemos notar que, em seu segundo mandato, Lula continuou a formar gabinetes ministeriais com grande diversidade partidária, o que se refletiu no aumento da bancada da Câmara dos Deputados em relação aos anos anteriores. Porém, o chefe do Executivo também se utilizou de ministros técnicos, sem filiação partidária. Em 2010, por exemplo, 35% dos ministros não possuem filiação partidária.

Tabela 1 - Duração, composição partidária, apoio parlamentar, e porcentagem de ministros apartidários dos ministérios formados entre 2007 e 2010

Presidente	Duração	Partidos Ministeriais	Tamanho (%) nominal do gabinete - CD	Nº de ministros	% ministros sem filiação partidária

Lula II 1	01/07-04/07	PCdoB-PL- PMDB-PP- PSB-PT-PTB	61,60	35	17,10
Lula II 2	04/07-02/08	PCdoB-PDT- PMDB-PP- PR-PRB- PSB-PT-PTB	67,40	34	23,50
Lula II 3	02/08-03/10	PCdoB-PDT- PMDB-PP- PR-PRB- PSB-PT- PTB-PV	70,10	41	14,60
Lula II 4	03/10-...	PCdoB-PDT- PMDB-PP- PR-PRB- PSB-PT- PTB-PV	69,20	34	35,30

Fonte: Banco de Dados Necon e Cebrap; www.presidencia.gov.br; www.camara.gov.br

De acordo com a tabela 2, se considerarmos todos os partidos da coalizão governista com cargos ministeriais, podemos notar a preponderância do PT (56%) e do PMDB (19,5%) nos gabinetes. Além disso, dos onze ministros que ocuparam os sete ministérios com maior orçamento (Previdência Social, Saúde, Defesa, Trabalho e Emprego, Educação, Justiça e Fazenda), sete eram provenientes do PT e dois do PMDB.

Já partidos como PCdoB, PRB, PTB e PV conseguiram porcentagem de ministérios semelhante ou igual à representação que possuem na Câmara dos Deputados. Por outro lado, PDT, PP, PR e PSB (um dos parceiros históricos do PT à esquerda) ficaram sub-representados nos ministérios, pois possuíam porcentagem maior no Poder Legislativo.

Tabela 2 – Deputados e ministérios por partido, 2007 a 2010

Partido	Nº de Deputados	% de cadeiras da CD	Nº de ministérios	% de ministérios
PCdoB	12	2,3	1	2,4
PDT	24	4,6	1	2,4
PMDB	92	17,9	8	19,5
PP	40	7,8	1	2,4
PR (PL)	41	8,0	1	2,4
PRB	5	0,9	1	2,4
PSB	29	5,6	1	2,4
PT	80	15,6	23	56
PTB	21	4,1	2	4,8
PV	14	2,7	2	4,8

Fonte: Banco de Dados Necon e Cebrap; www.presidencia.gov.br; www.camara.gov.br

3.2. Comissões e mesas-diretoras do Congresso Nacional (2007-2010)

Dois aspectos do processo de tomada de decisão no Congresso brasileiro são fundamentais para entender como o Executivo controla o Legislativo. Em primeiro lugar, através do poder de legislar. E, em segundo lugar, com a centralização do poder decisório nas mãos dos líderes dos partidos no Congresso. Nesse último aspecto, o Executivo atua estrategicamente junto aos líderes do partido governista, substituindo membros das comissões e assegurando a vitória dos seus interesses. Isso porque as comissões podem colaborar com o Executivo quando suas preferências são próximas, impedindo que legislação contrária chegue ao plenário. Desse modo, as comissões não podem ser contrárias aos interesses do Executivo, pois este último tem diversos meios para contorná-las, forçando-as a cooperar ou punindo seus desvios.

A importância da presidência das comissões em prol do apoio partidário pode ser visualizada na tabela 3. Como podemos observar, os partidos com maior bancada na Câmara dos Deputados (PT e PMDB) foram os que tiveram mais parlamentares eleitos para as presidências das comissões permanentes dos dois mandatos de Lula. Além disso, os partidos da base governista obtiveram, em média, 71% das presidências entre 2003 e 2010, o que mostra que o Poder Executivo conseguiu reunir uma maioria qualificada nas comissões da Câmara dos Deputados. No Senado Federal, embora o PT não tenha conseguido o maior número de presidências de comissões, a base governista obteve 62% de representatividade para o cargo principal durante os dois mandatos. Ou seja: mesmo nas comissões do Senado Federal, o governo petista formou um bloco estável de apoio partidário.

Tabela 3 – Presidências nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

Partido	Nº de presidências nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados (2003-2006)	Nº de presidências nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados (2007-2010)	Nº de presidências nas comissões permanentes do Senado Federal (2003-2006)	Nº de presidências nas comissões permanentes do Senado Federal (2007-2010)
DEM/PFL	11	10	5	4
PCdoB	-	2	-	-
PDT	4	3	2	2

PMDB	12	12	7	6
PP	8	7	-	-
PPS	4	4	-	-
PR/PL	6	5	-	-
PSB	5	6	1	2
PSC	-	3	-	-
PSDB	8	9	3	4
PT	13	15	2	3
PTB	8	4	1	1
Total	79	80	21	22

Fonte: www.camara.gov.br; www.senado.gov.br

Outro componente institucional que ajuda a explicar o apoio do Poder Legislativo em relação ao Poder Executivo está na composição partidária das mesas-diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ao observarmos a tabela 4, pode-se notar que o governo Lula também conseguiu uma base de apoio estável nas mesas-diretoras. Na Câmara dos Deputados, a base governista conseguiu a presidência de 75% das mesas-diretoras, além de 70% do número total de cargos. É necessário reiterar ainda que o PMDB foi o partido com o maior número de cargos (7). No Senado Federal, a dinâmica praticamente se manteve a mesma: o PMDB foi o partido com o maior número de cargos (11) e o único que conquistou todas as presidências da Casa. Porém, nos dois períodos, a coalizão do governo Lula viu a sua porcentagem de ocupação de cargos diminuiu em quase 14% - pois a taxa de ocupação chegou a 56,9%.

Tabela 4 – Mesas-diretoras do Congresso Nacional (2003-2010)

Casa	Câmara dos Deputados								Senado Federal							
	Presidências		Vice-presidências		Secretarias		Suplentes		Presidências		Vice-presidências		Secretarias		Suplentes	
Mandato	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
DEM	-	-	2	1	1	1	-	-	-	-	-	-	4	3	-	1
PDT	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	1	-	-
PMDB	-	1	-	-	2	2	2	-	2	2	-	-	2	2	2	1
PP	1	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PPS	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-
PR/PL	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	2	1
PSB	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	1
PSC	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
PSDB	-	-	1	1	1	1	1	-	-	-	2	2	1	-	1	3
PT	1	1	-	1	-	1	-	-	-	-	2	2	-	-	2	-
PTB	-	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	1	1	-	1
PV	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	2	4	4	8	8	8	8	2	2	4	4	8	8	8	8

Fonte: www.camara.gov.br; www.senado.gov.br

3.3. Poder de agenda e disciplina partidária no governo Lula (2003-2008)

A partir da análise dos cargos ministeriais, das comissões permanentes e das mesas-diretoras do Congresso Nacional, podemos verificar que o governo Lula distribuiu ministérios aos partidos da coalizão, e que grande parte da base aliada foi eleita para os principais cargos legislativos. Mas tal apoio foi suficiente para garantir a governabilidade e a disciplina partidária?

De acordo com Figueiredo e Limongi (1999), o Executivo influencia o Legislativo através do poder de agenda, viabilizando a formação de coalizões e da disciplina partidária. E, para comprovar a tese de poder de agenda do Executivo a partir da observação da disciplina partidária entre os partidos da situação e da oposição, foram analisadas todas as 882 votações nominais que ocorreram na Câmara dos Deputados durante os anos de 2003 e 2008 do governo de Luiz Inácio Lula da Silva⁴.

Primeiramente, de acordo com a tabela 5, o que se pode notar através da observação das 882 votações nominais foi que o Poder Executivo teve apoio da coalizão governista, pois o índice de disciplina partidária dos parlamentares foi de aproximadamente 85%. Mesmo o PMDB – partido que historicamente é conhecido por suas divergências internas – teve um alto índice de disciplina partidária (85%). Pode-se visualizar que a taxa de disciplina manteve-se alta em praticamente todos os anos. Somente em 2006, após os escândalos de corrupção, o governo enfrentou dificuldades com a base governista. Entre os partidos de oposição, a taxa de indisciplina partidária foi alta; DEM e PSDB, os principais partidos oposicionistas, seguiram a indicação de não apoiar o governo petista e obtiveram índices em torno de 24,5% e 22,3%, respectivamente.

Tabela 5 – Disciplina partidária (%) da base governista e da oposição

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média
--	------	------	------	------	------	------	-------

⁴ Fonte: Banco de Dados do Cebrap. Para analisar as votações, o cálculo da disciplina partidária foi realizado através do índice de Rice, cuja fórmula é: $Ri,X = | \% \text{ de votos sim} - \% \text{ de votos não} |$. ⁴ De acordo com a definição de Figueiredo e Limongi (1995, p. 523), “o índice de Rice varia entre zero e 100 e é computado subtraindo-se a proporção de votos minoritários dos majoritários. Quando 50% do partido vota SIM e 50% vota NÃO este índice será igual a zero. Se há total unidade, o índice será igual a 100. Será igual a 70 quando 85% dos membros do partido estiverem de um lado e 15% do outro”. Tal cálculo foi desenvolvido para, na atual análise, calcular a disciplina da coalizão governista, dos partidos em relação ao governo, e dos partidos em relação aos líderes partidários.

Coalizão Governista							
PCdoB	97,6	91,6	77,6	63,4	90,4	98,1	86,4
PDT	89,7	-	-	-	89,2	91,4	90,1
PMDB	-	75,6	72,4	68,2	85,4	91,7	78,7
PP(PPB)	-	79,5	74	73,1	88,4	87,7	80,5
PPS	95	84	-	-	-	-	89,5
PR(PL)	95,5	94,5	86,2	82,6	90,0	92,7	90,2
PRB	-	-	-	-	81,4	92,7	87,0
PSB	95,5	92	86,8	80,8	86,8	89,8	88,6
PT	96	90,4	90,8	89,6	94,2	96,8	93,0
PTB	89,5	86,8	78,3	76,7	87,6	84,7	83,9
PV	76,5	71,3	-	-	81,8	74,5	76,0
Disciplina Média	91	85	89	76	87	90	85
Oposição							
DEM (PFL)	34,0	22,8	31,7	15,1	23,4	20,0	24,5
PDT	-	62,8	57,3	32,4	-	-	50,8
PPS	-	-	56,3	34,2	26,3	21,6	34,6
PRB	-	-	-	28,6	-	-	28,6
PRONA	21,5	2,1	24,0	3,1	-	-	12,7
PSDB	34,6	22,4	36,0	17,3	14,9	8,5	22,3
PSOL	-	-	57,5	29,6	33,9	48,2	42,3
PV	-	-	48,4	25,7	-	-	37,0
Disciplina Média	30,0	27,5	44,4	19,0	24,6	24,5	31,6

Fonte: CEBRAP; www.camara.gov.br

Por último, ao observar a tabela 6, pode-se comprovar a tese de que os partidos políticos votam de acordo com a indicação de urgência feita pelos seus respectivos líderes partidários. Nas votações analisadas, 91% dos legisladores seguiram a indicação dos líderes dos partidos, colaborando para apoiar o governo ou para fazer oposição ao Poder Executivo. Além disso, verifica-se que a disciplina partidária em relação aos líderes partidários é praticamente a mesma nos partidos da coalizão governista e nos partidos de oposição. Dentre os quatro principais partidos, o PT foi aquele que possuiu o maior índice (94%), seguido pelo PSDB (91%), PMDB (88%) e DEM (86%).

Tabela 6 - Disciplina partidária (%) da base governista e da oposição em relação aos líderes do partido

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média
Coalizão governista							
PCdoB	98,2	99,2	92,4	92,3	93,5	93,2	94,8

PDT	92,9	-	-	-	93,0	92,4	92,8
PMDB	93,5	87,2	82,8	83,4	91,7	92,5	88,5
PP(PPB)	89,2	91,4	83,0	82,0	90,1	91,2	87,8
PPS	97,6	95,6	-	-	-	-	96,6
PR(PL)	97,3	94,0	88,6	85,7	93,0	93,5	92,0
PRB	-	-	-	-	95,1	94,2	94,6
PSB	96,1	97,2	88,3	86,4	90,4	92,0	91,8
PT	94,9	96,4	93,7	93,7	93,2	94,4	94,4
PTB	92,0	88,3	84,9	87,5	88,6	88,5	88,3
PV	85,8	88,4	-	-	87,1	92,5	88,5
Disciplina Média	93,7	93,1	87,7	87,3	91,6	92,4	91,8
Oposição							
DEM (PFL)	77,5	90,2	89,9	93,7	83,7	86,5	86,9
PDT	-	89,6	89,4	93,6	-	-	90,9
PPS	-	-	89,9	97,4	78,9	86,2	88,1
PRONA	95,8	97,7	97,3	-	-	-	96,9
PSDB	83,9	90,9	91,0	96,5	92,1	93,7	91,4
PSOL	-	-	97,5	90,7	95,4	96,4	95,0
PV	-	-	86,2	94,3	-	-	90,3
Disciplina Média	85,7	92,1	91,6	94,4	87,5	90,7	91,4

Fonte: CEBRAP; www.camara.gov.br

Portanto, a partir dos dados observados, pode-se constatar que, no período analisado, o Executivo centralizador consegue impor seu poder de agenda ao Legislativo através de mecanismos de urgência dos líderes partidários e do próprio Executivo, de distribuição de pastas ministeriais e de construção de maiorias nas mesas-diretoras e nas comissões do Congresso Nacional, impedindo que o Legislativo atue de modo indisciplinado. Com isso, o Executivo pode antecipar as reações dos legisladores, facilitando a aprovação de projetos.

4. O presidencialismo chileno

Para o entendimento da dinâmica do presidencialismo chileno, é necessária a compreensão das relações entre Executivo e Legislativo a partir das noções de força do presidente e da Assembleia, sistema partidário e

sistema eleitoral, destacando se há a formação de coalizões para a construção de maiorias estáveis que colaboram para o desenvolvimento da governabilidade e da democracia chilena. Sendo assim, convém analisar as implicações das forças relativas dos poderes do governo e o impacto de variáveis eleitorais, institucionais e partidárias para a cooperação entre os ramos e a governabilidade democrática.

Alguns autores que analisaram recentemente as instituições políticas da América Latina sugeriram que sistemas presidencialistas caracterizados pela forte presença do Poder Executivo têm mais tendência em experimentar dificuldades na governabilidade da democracia (Shugart e Carey, 1992; Mainwaring e Shugart, 1997). No entanto, o Chile, em sua época pós-autoritária, representa um enigma a essa consideração, pois há a cooperação entre os ramos e a governabilidade observada é alta. Sendo assim, por que alguns dos problemas associados com a presença de presidentes fortes não apareceram?

Apesar da existência do presidencialismo exagerado no Chile, o contato fluido, a cooperação e a consulta caracterizaram as relações entre os poderes durante os mandatos presidenciais dos primeiros chefes do Executivo pós-autoritarismo. Houve poucos exemplos de conflito entre os ramos do governo e uma larga coleção de importante legislação foi proposta, aprovada e promulgada. Porém, foi o presidente que predominou o papel de principal legislador. Além disso, a existência da maioria da *Concertación* (a coalizão de centro-esquerda) na Câmara e uma quase-maioria no Senado forneceu tanto para Aylwin quanto para Frei uma circunstância única na história do Chile, pois negociar e legislar tornou-se muito mais fácil.

No entanto, segundo Siavelis (2000, 2002), outros aspectos do sistema presidencialista podem afetar profundamente os incentivos para a cooperação entre os ramos e para a governabilidade democrática. Desta maneira, toda a estrutura institucional na qual o presidencialismo exagerado está incrustado prejudica os já limitados incentivos para a cooperação criados pelo desequilíbrio de poderes entre o presidente e o Congresso.

Mas existe a negociação entre os poderes. No Chile, o poder de agenda do presidente é bastante amplo. Em situações de urgência, por exemplo, o presidente necessita do voto do Parlamento para converter sua

proposta em lei – que pode ser rechaçada. Dessa maneira, o presidente somente pode usar a urgência quando tem certeza de que vai contar com uma maioria parlamentar suficiente. Portanto, pode-se notar que o poder de ação de um presidente não depende exclusivamente de seus poderes constitucionais, mas também do respaldo político que seu partido recebeu nas eleições – o que se manifesta na composição do Congresso. E mesmo em circunstâncias nas quais o partido presidencial não conta com maioria no Congresso, existem mecanismos para superar este percalço. Dessa maneira, a formação de coalizões governamentais é um dos únicos caminhos para dar certa estabilidade ao sistema político.

Para o caso chileno, é possível enumerar alguns fatores que favorecem a formação de coalizões, tais como: o sistema eleitoral de maioria absoluta, que gera forte incentivo para a formação de coligações que se tornarão coalizões governamentais; a existência de um sistema de compensações através dos cargos no governo; as coalizões não correspondem somente a cálculos eleitorais, mas também se baseiam em um programa de governo comum e com consenso; existe uma coordenação de trabalho entre o Congresso e os parlamentares dos diferentes partidos que formam a coalizão, o que é refletido na composição das mesas parlamentares, nas presidências e nos integrantes das comissões, e nas votações das bancas que são membros da aliança; os cargos ministeriais se dividem entre os partidos membros da coalizão levando em consideração seu suporte eleitoral (Nolte, 2003).

Mas o papel do Congresso fica somente limitado à formação de coalizões? Desde 1990 ocorreu uma certa diminuição da centralidade decisória do Presidente em benefício do Congresso (Huneeus e Berríos, 2005). Esta tendência foi confirmada pela reforma constitucional de 2005, que forneceu novos poderes ao Legislativo, como a nomeação de quatro dos dez membros do Tribunal Constitucional, e a simultaneidade das eleições presidenciais e parlamentares. Esses fatos demonstram a estreita relação entre os poderes do Estado. Porém, para avaliar a força do Congresso, é preciso considerar, além dos fatores institucionais, as variáveis não-institucionais, pois o emprego abusivo de indicadores quantitativos sobre o processo legislativo podem fornecer uma visão parcial do mesmo.

Ao analisar o perfil institucional do Congresso do Chile, Huneeus e Berríos (2005) mostram que o poder do presidente frente ao Congresso está situado numa realidade mais complexa. Os vetos, por exemplo, foram muito pouco utilizados pelos presidentes. Entre 1990 e 2002, houve somente 45 vetos, dos quais 32 foram aprovados pelo Congresso, 7 foram parcialmente aprovados e 4 foram rejeitados. Da mesma maneira, o mecanismo de urgência foi pouco utilizado de modo unilateral. Há, antes de tudo, a negociação com o Congresso. Se a informação recebida é que o projeto não será votado no tempo desejado, o presidente não solicita a urgência. Outro fator institucional é a importância do Congresso no processo legislativo, pois o Poder Executivo só define sua agenda legislativa considerando os interesses dos parlamentares governistas e de oposição e incorporando os projetos de lei que têm certo respaldo nas bancadas.

Por outro lado, o Congresso desempenha várias funções - não apenas legislativas - , tais como o recrutamento político, pois o Parlamento é uma instituição na qual surgem os dirigentes dos partidos e os candidatos presidenciais. Segundo Carey (2002), a maioria dos legisladores procura seguir carreira no Congresso. E eles têm conseguido sucesso nesta empreitada, pois nas eleições de 1993 e 1997, por exemplo, aproximadamente 75% dos políticos foram reeleitos para a Câmara dentro da mesma coalizão.

De maneira geral, apesar do Executivo ser o ator político central no Chile, é pouco questionável que o Congresso, nos últimos anos, vem ganhando espaço e influência na agenda política nacional – o que contradiz os argumentos de que o sistema partidário fragmentado e multipartidário conduziria o legislativo a um papel insignificante. Acredita-se, com isso, que apesar do Executivo ter muitas prerrogativas constitucionais, o Congresso é o mais eficiente e o mais bem-preparado da América Latina.

Sendo assim, após destacar o funcionamento das relações entre Executivo e Legislativo e mostrar que o Congresso possui papel efetivo no desenvolvimento do presidencialismo chileno, é necessário compreender a estrutura institucional e eleitoral que apóia o presidencialismo chileno.

4.1 A dinâmica competitiva do sistema partidário chileno

Após a redemocratização, o Chile apresentou as coalizões multipartidárias mais estáveis da América Latina. A coalizão da *Concertación por la Democracia*, composta por quatro partidos - Partido Socialista (PS), Partido para a Democracia (PPD), Partido Cristão Democrata (PDC) e Partido Radical da Social-Democracia (PRSD) - , conseguiu a maioria na câmara baixa do Congresso e a presidência do país nos últimos quinze anos. Já a oposição – composta por União Democrática Independente (UDI), Partido da Renovação Nacional (RN) e União do Centro (UCC) – também formou uma aliança formal, denominada atualmente de *Alianza por Chile*. Dessa maneira, a competição entre estas duas coalizões multipartidárias dominou a política eleitoral e legislativa após 1990.

Para Siavelis (2000), não há evidência de que o número de partidos efetivos e de que a competição partidária tenha mudado em relação ao regime militar – onde o multipartidarismo era evidente –, pois o Chile continua sendo um país caracterizado por um multipartidarismo. O que mudou foi o melhoramento da cooperação interpartidária e o aumento dos incentivos para a formação de coalizões, garantindo a integridade e a durabilidade do governo. Embora essa visão de continuidade do sistema partidário tenha prevalecido, a análise que afirma que a reforma eleitoral encorajou a reorganização do sistema partidário em dois blocos e que forças centrífugas dominam as estratégias de coalizão também merece atenção.

A partir de um mapeamento ideológico dos legisladores chilenos, Alemán e Saiegh (2006) testam algumas das implicações dos trabalhos anteriores através de escolhas individuais dos legisladores dos partidos e das coalizões nas votações nominais durante as sessões de 1997-1998 e 1999-2000. Ao analisar as preferências entre as coalizões, as evidências empíricas revelam que as posições legislativas tomadas são diferentes. Independentemente se o foco for nas coalizões, nos partidos ou nos legisladores, existe coincidência das coalizões de oposição e muitas diferenças entre as posições tomadas por cada coalizão. Ao analisar as preferências dentro das coalizões, Alemán e Saiegh (2006) constatarem que há a homogeneidade interna. Durante as votações, a *Concertación* parece ser mais unida do que a *Alianza*. Dentro da *Concertación*, a maioria dos legisladores são disciplinados.

Já na *Alianza*, as preferências parecem ser mais heterogêneas. Segundo os autores, existe um grupo centrista distinto. No entanto, este grupo representa uma minúscula proporção de legisladores. Desse modo, a análise de preferências individuais derivadas das escolhas legislativas dos deputados permite apoiar a tese bipolar de competição política, pois os resultados mostram duas coalizões distintas com preferências distintas. Além disso, os autores não encontraram um numeroso grupo de centro, nem diferenças significantes dentro da coalizão governamental, pois a *Concertación* age disciplinadamente.

Portanto, com o retorno da democracia, a nova Constituição delegou muitos poderes legislativos ao presidente, e um novo sistema eleitoral foi formulado. Apesar da existência do controle de agenda sobre o Poder Legislativo, o Congresso chileno está se estabelecendo como uma legislatura competente e profissional. No entanto, talvez a mais notável característica da atual legislatura do Chile é a proeminência de duas coalizões multipartidárias que têm se mostrado mais duráveis do que qualquer coalizão legislativa durante todo o período de 1932 a 1973, estruturando como o Congresso irá se dividir quando for votar.

5. Conclusão

Durante as últimas décadas, os países da América do Sul – dentre eles, o Chile e o Brasil - têm apresentado a combinação entre multipartidarismo e presidencialismo. Então, de acordo com Mainwaring (1993), poderíamos assegurar que a década de 1990 deveria ser um período de grande instabilidade democrática para o continente. No entanto, os resultados práticos do exercício de governo mostram uma performance distinta.

Governos minoritários apresentam graves problemas de governabilidade. Estas dificuldades se atenuam quando os presidentes formam coalizões majoritárias. No Chile, há o estímulo para a formação de coalizões através do sistema eleitoral com representação binomial, que gerou impulso para a conformação de blocos políticos: a *Concertación* e a *Alianza por Chile*.

Isto implicou na cooperação entre os partidos para a conformação de listas conjuntas e seleção de distritos onde se prioriza a presença partidária.

No Brasil, Figueiredo e Limongi (1999) identificaram a formação de coalizões como o pressuposto básico do funcionamento do presidencialismo brasileiro. E como a análise empírica demonstrou, durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (até 2008), os índices de disciplina partidária e o apoio da coalizão governista continuaram a manter a governabilidade.

Portanto, a combinação de presidencialismo e multipartidarismo está apta para a democracia sempre que seus presidentes são capazes de formar coalizões de governo de caráter majoritário. No caso de poder formar uma coalizão de governo, os presidentes de sistemas multipartidários moderados estão em melhores condições de governar, pois seu contingente legislativo é maior do que os presidentes com multipartidarismo extremo. Os sistemas políticos onde se tenham configurado coalizões mostram partidos com interessantes níveis de disciplina parlamentar, o que indica que este é um fator importante para a efetiva formação de coalizões governamentais.

6. Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio Henrique. "Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". *Dados*, no.31, 1988.

ALEMÁN, Eduardo e SAIEGH, Sebastián. "Legislative Preferences, Political Parties, and Coalition Unity in Chile. *Comparative Politics*, v. 39, n. 3, 2006.

ALSTON, Lee, Marcus MELO, Bernardo MUELLER, e Carlos PEREIRA. "Political Institutions, Policymaking Processes, and Policy Outcomes in Brazil." Working Paper EB2005-0007, Research Program on Environment and Behavior, Institute of Behavioral Science, University of Colorado at Boulder, 2005.

ALSTON, Lee e MUELLER, Bernardo. "Pork for policy: Executive and legislative exchange in Brazil". *Journal of Law, Economics, and Organization* 22(1): 87-114, 2006.

AMES, Barry. *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

AMORIM NETO, Octávio. "The Puzzle of Party Discipline in Brazil." *Latin American Politics and Society* 44, no. 1 (March): 127-144, 2002a.

_____. "The Presidential Calculus: Executive Policy Making and Cabinet Formation in Americas". *Comparative Political Studies*, v.39, 4:415-440, 2006.

_____. "O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro." In Lúcia Avelar and Antônio Octávio Cintra, eds., *Sistema político brasileiro: uma introdução* (2nd revised edition). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2007.

_____. "O Brasil, Lijphart e modelo consensual de democracia", em Magna Inácio e Lucio Rennó (org.), *O Legislativo Brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

AMORIM NETO, Octávio e SANTOS, Fabiano. "The inefficient secret revisited: the legislative input and output of brazilian deputies". *Legislative Studies Quarterly* 28(4):449-79, 2003.

AMORIM NETO, Octávio; COX, Gary e MCCUBBINS, Mathew. "Agenda Power in Brazil's Câmara dos Deputados, 1989-98". *World Politics* 54(4): 550-78, 2003.

CAREY, John. "Parties, Coalitions, and the Chilean Congress in the 1990s." Em Scott Morgenstern e Benito Nacif (org.), *Legislative Politics in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

CARVALHO, Carolina Juliano de. *O recrutamento ministerial em 20 anos de democracia no Brasil (1985-2005)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Departamento de Estudos Políticos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2005.

CARVALHO, Nelson Rojas de. *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina. "Government Coalitions in Brazilian Democracy", in *Brazilian Political Science Review*, n.1, v.2, p.182-216, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994". *Dados* 38, no.3, 1995.

_____. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

FLYNN, Peter. "Brazil and Lula, 2005: Crisis, Corruption and Change in Political Perspective". *Third World Quarterly*, v.26, n.8, p.1221-1267, 2005.

GOLDFRANK, Benjamin e Brian WAMPLER. "From Good Government to Politics as Usual: The Rise and Possible Demise of the Workers' Party." Unpublished paper, 2007.

HAGOPIAN, F. *Traditional Politics and Regime Change in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 1996.

HUBER, John. "How Does Cabinet Instability Affect Political Performance? Portfolio Volatility and Health Care Cost Containment in Parliamentary Democracies". *American Political Science Review*, vol.92, 3, 1998.

HUNEEUS, Carlos e BERRÍOS, Fabiola. "El Congreso en El Presidencialismo. El Caso de Chile." *Revista SAAP*. Vol. 2, n. 2, pp. 345-391, setembro 2005.

HUNTER, Wendy. "Corrupção no Partido dos Trabalhadores: o dilema do sistema". In Jairo Nicolau e Timothy Power (Org.). *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

LAMOUNIER, Bolívar. *A Opção Parlamentarista*. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.

LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LINZ, Juan e Arturo Valenzuela. *The Failure of Presidential Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.

LINZ, Juan e Alfred Stepan. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

MAINWARING, Scott. "Presidentialism in Latin America". *Latin American Research Review* 25, no.1, 1990.

_____. "Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective". *Comparative Politics* 24, 1991.

_____. "Presidentialism, Multipartism, and Democracy: The Difficult Combination". *Comparative Political Studies* 26, no.2, 1993.

_____. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o Caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MAINWARING, Scott e SHUGART, Matthew. *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

NOLTE, Detlef. "El Congreso Chileno y su Aporte a la Consolidación Democrática en Perspectiva Comparada". *Revista de Ciencia Política*, v. 23, n. 2, 2003.

PEREIRA, Carlos e MUELLER, Bernardo. "Uma teoria da preponderância do Executivo. O Sistema de comissões no Legislativo brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.15, n.43, junho de 2000.

_____. "Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro". *Dados*. Vol. 45, nº 2, 2002.

PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy e RENNÓ, Lucio. "Under what conditions do presidents resort to decree Power? Theory and evidence from the brazilian case". *Journal of Politics*, vol.67, n.1, p.178-200, 2005.

_____. "Agenda Power, Executive Decree Authority, and the Mixed Results of Reform in the Brazilian Congress." *Legislative Studies Quarterly* 33, no. 1 (February): 5-33, 2008.

POWER, Timothy. "Optimism, Pessimism, and Coalitional Presidentialism: Debating the Institutional Design of Brazilian Democracy". *Bulletin of Latin American Research*, vol. 29, n.1, pp.18-33, 2010.

_____. "Centering Democracy? Ideological Cleavages and Convergence in the Brazilian Political Class". In Peter Kingstone e Timothy Power (org.). *Democratic Brazil Revisited*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press (s/d).

POWER, Timothy e MOCHEL, Marília. "Political Recruitment in an Executive-Centric System: Presidents, Governors, and Ministers in Brazil." In Peter Siavelis e Scott Morgenstern (org.). *Pathways to Power: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America*. College Park: Penn State University Press, 2007.

RAILE, Eric; PEREIRA, Carlos e POWER, Timothy. "The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime." Forthcoming in *Political Research Quarterly*, 2006.

REIS, Fábio Wanderley. "Partidos, ideologia e consolidação democrática", em F.W. Reus e G. O'Donnell (org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

RENNÓ, Lucio. "Críticas ao presidencialismo de coalizão no Brasil: processos institucionalmente constrictos ou individualmente dirigidos?" em Leonardo Avritzer e Fátima Anastásia (org.), *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. “Governos de coalizão no sistema presidencial: o caso do Brasil sob a égide da Constituição de 1988”, em Leonardo Avritzer e Fátima Anastásia (org.), *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SHUGART, Matthew Soberg, e CAREY, John M. *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge University Press, 1992.

SIAVELIS, Peter. *The President and the Congress in Postauthoritarian Chile: Institutional Constraints to Democratic Consolidation*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2000.

_____. “Exaggerated Presidentialism and Moderate Presidents: Executive-Legislative Relations in Chile.” Em Scott Morgenstern e Benito Nacif, (org.), *Legislative Politics in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TAYLOR, Matthew. “Corruption in Brazil.” In Charles Blake and Stephen Morris, eds., *Corruption and Politics in Latin America*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, forthcoming, 2009.

VALENZUELA, Arturo. “Partidos Políticos e Crise Presidencial no Chile: Proposta para um Governo Parlamentarista”. Em Bolívar Lamounier, (org.), *A Opção Parlamentarista*. São Paulo: Idesp/Editora Sumaré, 1991.

WEYLAND, Kurt. *Democracy without equity: Failures of reform in Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1996.